

Amândio Jorge Morais Barros

Instituto de História Moderna da Universidade do Porto

Oligarquia política e elite económica no Porto dos séculos XV e XVI

Resumo

Neste trabalho, procuro encontrar as grandes diferenças e clivagens entre as elites mercantis da cidade do Porto na viragem da Idade Média para a Época Moderna. Tentarei caracterizar o ambiente económico, político e social do Porto deste período salientando o clima de confronto que se gerou com o aparecimento de novos mercadores que desafiam o poderio da tradicional burguesia portuense, cristalizada por força da conjuntura vivida mas, ainda assim, detentora do poder autárquico.

Abstract

This essay aims to point out the major differences and conflicts amongst mercantile elites in Porto during the transition from the Middle Ages to the Early Modern Period. The main focus falls on describing the economic dynamics as well as the political and social setting of the time, with special emphasis placed on the environment of hostility resulting from the arrival of new merchants in Porto. The supremacy of the traditional Porto bourgeoisie was then faced with a challenge, becoming decadent in terms of economic wealth, while still holding nevertheless municipal authority.

1. Introdução

Em setembro. outubro de 1568 sendo vreadores manuel soares, diogo brandão pereira, gonçalo alvares / aluo, Manuel de moura, fizerão almotace a hum / francisco vaz leterado e procurador, que sempre foi tido por / christão nouo e seu paj e maj e Irmãos e isto he / publico e o foi sempre. E diziam os antigos que / nunca outro o fora. Eu asi na cidade como / no estudo sempre sej que foi auido por tal, mas / a sello ou não não o sej, mas sempre conversou homens honrrados e comja tousinho lamprea / e sabia pouquo ou nada da lej de mouses e sempre / teue mostras de bom christão e seu paj tal moreo¹.

¹ DIAS, Licenciado Francisco – *Memórias quinhentistas dum Procurador Del Rei no Porto*, edição de Artur de Magalhães Basto. Porto: Câmara Municipal/Gabinete de História da Cidade, 1937, p. 39.

É com estas palavras que Francisco Dias descreve a celeuma que rodeou a eleição de um cristão-novo para um cargo honrado na cidade e vedado a todos quantos não podiam dar prova de limpeza de sangue. O almotacé estava incumbido de fiscalizar a actividade económica e uma das suas atribuições, aliás largamente accionada, era multar os infractores. Ora, numa sociedade marcada pelo proselitismo religioso, para muitos era impensável que um homem de nação, mesmo que “comesse toucinho e lampreia” e tivesse o prestígio deste letrado, pudesse “enxovalhar” cristãos-velhos, fosse qual fosse a sua condição. Note-se que corria já a segunda metade do século XVI e ainda se levantavam problemas deste tipo, num burgo que devia a sua prosperidade económica aos mesmos cristãos-novos. Encontramos mais uma prova destes preconceitos sociais na raridade dos casamentos mistos e no falatório que eles suscitavam. Casamentos recentes: “o primeiro homem honrrado christão vellho que casou com christã noua, conta-nos o mesmo Francisco Dias, foj Antonio leite que casou com huma filha de diogo de paaz”². Trata-se de um poderoso comerciante do Porto, acumulando essa qualidade com a de rendeiro da Alfândega do Porto. Portanto, entre a intolerância, havia excepções e quem percebesse as vantagens destas uniões. Casado com Mécia de Paz, em 1559, este António Leite surge como feitor da mesma Alfândega desde aquela data até, pelo menos, 1569, beneficiando de um lugar que o colocava em posição estratégica para fazer fortuna nos circuitos de comércio internacional nos quais o sogro e os seus sócios se envolviam.

Se estes episódios ocorrem em meados de Quinhentos, a sua raiz é mais profunda. Remonta aos anos finais do século XV, quando se fixaram no Porto as primeiras famílias de conversos castelhanos, acolhidas em Portugal na sequência da legislação religiosa aprovada pelos Reis Católicos³. Esta instalação ocorreu numa altura delicada para a cidade e teve consequências profundas a médio e longo prazo. Com a redução dos horizontes comerciais provocada pela orientação da política comercial portuguesa, voltada preferencialmente para a expansão ul-

² Idem, p. 20. O procurador regista mais duas alianças: António Ribeiro, com uma filha de outro rendeiro da Alfândega, Diogo Fernandes, e Henrique Homem, que contraiu matrimónio com uma filha de Henrique Gomes.

³ Esta temática pode ser estudada nos seguintes trabalhos, referências para o presente estudo: SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. – *Los Reyes Católicos. La expansión de la fe*. Madrid: Ediciones RIALP, 1990; LADERO QUESADA, M.A. – *La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Alianza Editorial, 1999; RÁBADE OBRADÓ, M. del P. – *Religiosidad y práctica religiosa entre los conversos castellanos (1483-1507)*, in “Boletín de la Real Academia de La Historia”, tomo CXCV, cuaderno I (enero-abril), 1997, p. 83-141; ALPERT, M. – *Criptojudaísmo e Inquisición en los siglos XVII y XVIII*. Barcelona: Editorial Ariel, 2001; RUMEU DE ARMAS, A. – *El decreto de 1492 expulsando a los judíos de Castilla. Anomalías cancellerescas*, in “Boletín de la Real Academia de La Historia”, tomo CXCV, cuaderno I (enero-abril), 1998, p. 1-17. No caso português continua a ser essencial a consulta de clássicos como os de SARAIVA, A. J. – *Inquisição e cristãos-novos*. Porto: Editorial Inova, 1969 e AZEVEDO, J. L. de – *História dos cristãos-novos portugueses*, 3ª edição. Lisboa: Clássica Editora, 1989.

tramarina no Índico e blindada em mecanismos de monopólio restritivos, a frota portuense perdeu ainda capacidade de intervenção no transporte internacional com a quebra da procura e o desgaste provocado pelos assaltos franceses durante a primeira metade do século XVI⁴. Esta conjuntura foi duramente sentida nos meios mercantis da cidade, cujos protagonistas detinham, em simultâneo, o poder político na urbe.

Em larga medida, a solução para os problemas radicou na vitalidade dos novos mercadores, e consistiu na exploração de renovados circuitos, atlânticos, por eles dinamizados. Estrategicamente colocados, na Península como nos principais centros de comércio internacional, a eles se deveu a transformação do Porto em cidade portuária de referência nos alvares da Época Moderna, particularmente no que diz respeito à introdução na Europa de mercadorias como o açúcar, tornado artigo de consumo corrente, gerador de proventos nunca antes alcançados. Todavia, e como os exemplos relatados demonstram, esse movimento foi pautado por rivalidades e conflitos, muitas vezes insanáveis, que são, no fundo, expressão de um fenómeno de recomposição das oligarquias e elites urbanas, campo de investigação de ponta⁵.

Rivalidade. Conflito. Decadência e ascensão. Luta pela manutenção de poderes, estratégias de afirmação social. Alianças de conveniência e acordos entre partes. Como se de duas cidades se tratasse: a dos mercadores e a da Câmara. É disso que este trabalho trata. Sinteticamente tentarei caracterizar os grupos em confronto e apontar os resultados de um processo cujo estudo ainda está longe de terminar.

2. Traços gerais da burguesia portuense do século XV

Para uma compreensão global dos fenómenos que afectaram a cidade nos finais da Idade Média importa conhecer o grupo burguês portuense, o que farei brevemente socorrendo-me de um ensaio essencial de Armindo de Sousa⁶.

⁴ Fenómeno estudado por FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Redondo: Patrimonia Historica, 1995.

⁵ Consulte-se, entre outros, RUCQUOI, A. – “Las oligarquias urbanas y las primeras burguesías en Castilla”, in *El Tratado de Tordesillas y su época, Congreso Internacional de Historia*. Junta de Castilla y León / V Centenario de Tordesillas / CNPCDP, 1995, vol. I, p. 345-369; *Oligarquias políticas y elites económicas en las ciudades bajomedievales (siglos XIV-XVI)*, Rafael Narbona, coord. “Revista d’História Medieval”, 9. Universidade de Valência, 1998 e *Elites e redes clientelares na Idade Média. Problemas metodológicos*, Filipe Themudo Barata (editor). Actas do colóquio realizado em Évora no ano 2000. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora, 2001. Este trabalho deve muito ao programa enunciado por SORIA MESA, Enrique - *Los estudios sobre las oligarquias municipales en la Castilla moderna. Un balance en claroscuro*, in “Manuscripts: Revista d’ história moderna”, 18, 2000, p. 185-197, publicação da Universidade Autònoma de Barcelona.

⁶ *Conflitos entre o Bispo e a Câmara do Porto nos meados do século XV. 1ª parte: os grupos em confronto*, in “Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto”, 2ª série, vol. I, 1983, p. 21. É também

Beneficiando do facto de o vale do Douro ter demonstrado uma precoce capacidade de recuperação da “crise” do século XIV, estes homens prosperaram e encetaram uma luta tenaz pelo controlo da administração da cidade (desde há séculos um senhorio episcopal) que teve o seu epílogo quando o burgo passou a integrar os domínios da Coroa por contrato entre o rei D. João I e o prelado do Porto D. Gil Alma (1406).

Chegados ao poder, estes mercadores, proprietários de navios, ourives, cambistas e agentes superiores do fisco constituem-se num escol governativo. Numa oligarquia organizada de escassas dezenas de famílias. Hereditária. Hermética. Ostentam riqueza monetária gerada no comércio, numa época em que o dinheiro escasseia, mas, paulatinamente, passam a deter a posse de bens fundiários na cidade e seu termo. Esboçava-se, assim, uma aristocracia com um comportamento muito semelhante ao da nobreza – que inclusivamente exibia símbolos heráldicos, tal como via fazer aos burgueses do Norte da Europa, com quem contactava. O comércio era a razão de ser deste grupo e sê-lo-ia por algum tempo mais. O dinheiro resultava das viagens dos seus navios – nesta altura são os mais importantes proprietários de barcos e têm os mareantes como seus “assalariados” – à França, Ilhas Britânicas, Flandres e Itália. Envolvidos numa cabotagem alargada, transaccionavam têxteis, importavam ferro, armamento, cereais; exportavam couros, pescado, vinhos, poucos, e, já com o século XV adiantado, corantes e açúcares insulares. O centro nevrálgico das suas operações era a Flandres onde, à semelhança de outras comunidades europeias existia uma feitoria. Nesta casa da “nação” portuguesa⁷, a cidade do Porto, os seus navios e mercadores, desempenhavam um papel de primeiro plano. Mas também a França e os seus portos. Como La Rochelle, ponto de encontro de gentes, comércio e culturas. La Rochelle de onde os portuenses, com o comércio, trazem modelos culturais que aplicam nos edifícios mais emblemáticos da cidade, como a Sé, verdadeira obra de influência limosina⁸, prova de que a economia e o comércio são os meios mais eficazes de aporção, divulgação e consumo de bens culturais.

No final do século, malgrado elementos de modernidade revelados (cosmopolitismo, nível cultural elevado, importância atribuída ao dinheiro e à vivência que ele permitia notada ao nível das mentalidades, nos poucos testamentos conhecidos,

proveitosa a consulta do livro de COSTA, Adelaide L. P. M. da – “Vereação” e “Vereadores”. *O governo do Porto em finais do século XV*. Porto: Câmara Municipal/Arquivo Histórico, 1993.

⁷ Funcionava nos moldes descritos por CASADO ALONSO, H. – *Las colónias de mercaderes castellanos en Europa (siglos XV y XVI)*, in *Castilla y Europa. Comercio y mercaderes en los siglos XIV, XV y XVI*, Hilario Casado Alonso (editor). Burgos: Excma. Diputación Provincial de Burgos, 1995, p. 15-56.

⁸ Como demonstrou Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Ver, por exemplo, *História da Arte em Portugal. O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 114-116.

e preocupação com o tempo⁹) esta elite parece ter cristalizado. E, apesar de se valer de mecanismos defensivos que perpetuam a sua posição no poder (como as elites de outros lugares vivendo os mesmos problemas) parece não estar em condições de enfrentar o grande desafio que se aproximava.

3. A burguesia portuense de Quatrocentos: um grupo decadente?

No século XV, a evolução comercial do Porto atingiu um pico graças aos empreendimentos já aqui evocados, começando a conjuntura a inverter-se nas últimas décadas dessa mesma centúria. Influenciando este quadro está um conjunto de decisões aprovadas desde D. João II que tendem a reduzir a capacidade de intervenção comercial dos tratantes do Porto. Desde logo, normas restritivas sobre exportação de couros enfraquecendo a posição mantida até essa altura pelo burgo nos mercados receptores do Levante ibérico¹⁰ e, com maior repercussão, as sucessivas tentativas de monopólio régio sobre o trato do açúcar madeirense, questão que atravessou os reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I e que, apesar de combatida com parcial sucesso, não deixou de causar transtornos¹¹.

Há outros problemas mais profundos, mas pouco claros por falta de fontes, que acentuaram a sensação de decadência sentida na cidade, manifestada em algumas cartas trocadas com o Rei. O principal liga-se à questão geral da expansão ultramarina portuguesa neste período e, em particular, à questão da Índia. Como afirmou Armindo de Sousa, sintetizando o que sabemos sobre o assunto, o Porto chegou tarde e mal à Expansão. Com negócios seguros e lucrativos nos mercados europeus, parecia aos dirigentes-oligarcas-mercadores da cidade que a aposta maciça em projecto expansionista incerto era errada ou, ao menos, insensata. E não se inibiam de manifestar essa opinião. Sussurros acerca de expedições e requisições de navios colocavam-nos em guarda, prontos para recusar o empréstimo dos seus barcos e protestar, exigindo a dispensa de tal fossado. Certamente há aqui matéria a discutir, a avaliar, a rever e a matizar. Mas, no estado actual da arte, é esta a impressão que fica do discurso burguês portuense de Quatrocentos. Quando os dividendos da empresa começam a ser evidentes e prometedores, parece ser demasiado tarde para rever posições. Trata-se de outra afirmação a confirmar¹².

⁹ Desde o século XV que no Porto existem relógios mecânicos. Sobre o seu significado na mentalidade burguesa dos séculos XV e XVI ver CURTO, D. R. – “As concepções do tempo”, in *O tempo de Vasco da Gama*, direcção de Diogo Ramada Curto. S/I: CNCDP/Difel, 1998, p. 93.

¹⁰ Comprometida com os problemas marítimos em Valência que conduziram a represálias e à instauração do conhecido “dret português”.

¹¹ Questão que perpassa as vereações de inícios do século XVI. Sobre este assunto ver PEDREIRA, J. M. – “Mercadores e formas de mercantilização”, in *O tempo de Vasco da Gama*, citado, p. 157-158.

¹² Por exemplo, as alfândegas do Entre Douro e Minho não se ressentiram e terão mesmo aumentado o seu volume de negócios – como Vila do Conde no início do século XVI.

Tem-se considerado que por vontade régia (vide o monopólio do trato oriental desde 1506) ou por incapacidade da burguesia nacional em competir com os fortes mercadores/financiadores estrangeiros, a cidade (como a generalidade dos centros portuários) foi afastada deste movimento¹³ e sofreu com isso.

Por diversos motivos (falta de documentação, repetidas alusões ao “trato abatido” e grandes perdas comerciais, provável dificuldade de adaptação aos novos tempos), entre os últimos anos do século XV e os primeiros do século XVI a sociedade mercantil portuense terá passado dificuldades. De protagonistas em alguns empreendimentos internacionais passam a actores secundários, a custo no activo.

4. O problema judaico-converso e seus reflexos no Porto

É no quadro de aparente crise local que a oligarquia tem de enfrentar o problema judaico-converso. Que vem colocar em causa certos fundamentos da sociedade portuense. E vem trazer alguma instabilidade no seio da ordem burguesa.

Importa insistir nesta ideia: “se o grupo dos burgueses do Porto merece o qualificativo de *onda do futuro*, tal como é costume dizer-se da burguesia quatrocentista em geral, é conveniente especificar que a onda foi de ressaca, que o grupo foi conquistando modernidade às cavalitas da maré, a contragosto, por virtude de actuações tácticas impostas do exterior, de cima para baixo. É que se lhe fosse dado a escolher, teria preferido perpetuar-se como *ordem*”¹⁴. Depois de duros confrontos com o bispo de meados do século o grupo reorganizou-se e, como Armindo de Sousa augurava, transformou-se em *ordem*. Uma ordem social economicamente enfraquecida, à qual é lançado um forte repto e que se verá obrigada a cerrar fileiras para enfrentar concorrentes directos e temíveis.

Tão complexo como o processo de expulsão de Castela (expulsão de judeus e fuga de cristãos-novos) é o de instalação em Portugal. Quando lemos relatos das crónicas e alguns estudos, parece que houve como que um debandada geral desorganizada. Contudo, a documentação disponível parece apontar noutro sentido: em inúmeros casos houve tempo para preparar a partida, analisar possíveis pontos de acolhimento e entabular contactos com comunidades afins.

Entre as vantagens que o Porto apresentava, destaque as seguintes:

- Segurança relativa. As notícias de Lisboa não eram animadoras. Essa cidade era povoada por grande “multidão de gentes” que, ao mínimo pretexto se

¹³ Juízo tradicionalmente aceite mas que penso deverá ser revisto. Se bem que a ideia geral não se deva contestar – é difícil detectar participação do Porto no trato da carreira da Índia – há uma forte intervenção de meios humanos e materiais, leia-se náuticos e navios, e logística portuenses nesta empresa.

¹⁴ SOUSA, A. de – *Conflitos entre o Bispo...*, p. 42.

transformavam em turbas enfurecidas. Os relatos de massacres na comuna judaica em 1482 na sequência da entrada de um grupo numeroso de conversos eram preocupantes. Em contrapartida, por todo o vale do Douro parece ter havido, na Idade Média, um relacionamento pacífico entre as duas comunidades religiosas. Por exemplo, em Lamego são evidentes os sinais de crescimento da judiaria e da multiplicação de contratos entre judeus e cristãos nos quais cada parte “jurava na sua fé”¹⁵. No Porto, onde surpreendemos um quadro de relações idêntico, não consta que tenha havido violência como em Lisboa.

- Organização aduaneira. Existia uma organização alfandegária eficaz, uma estrutura aduaneira homogénea, consolidada desde o século XV, expressão de certa modernidade relativamente a outras nações marítimas europeias, a começar por Castela. Ouçamos João Cordeiro Pereira: “o peso do mar na vida económica do Estado consubstanciou-se em normas concretas de Direito e um sistema alfandegário que, a par da Inglaterra e das Repúblicas Italianas, é dos mais antigos e coerentes da Europa”¹⁶. Os novos mercadores saberão aproveitar-se disso. Não é por acaso que a sua chegada coincide com o aumento do volume de negócios (notado no vizinho porto de Vila do Conde) e nos sucessivos arrendamentos das alfândegas então feitos por “homens de nação”¹⁷.

- Aproveitamento do posicionamento da cidade. Há muito que o Porto se tornara cabeça de uma populosa região, o Entre Douro e Minho, cuja representação em cortes e junto do Rei se encarregava, em muitos casos, de assegurar. Graças ao *hinterland*, o essencial do abastecimento de mercadorias de consumo local e de exportação estava assegurado. Mas não totalmente potenciado. O processo é muito complexo para ser analisado nesta altura. Sem dúvida que há circuitos medievais experimentados. Sem dúvida que há muito tempo chegavam ao cais da cidade os vinhos, azeites, cereais, carnes, couros, sumagres do Douro, Trás-os-Montes, Entre Douro e Minho e Beiras. Mas é com o estabelecimento dos novos agentes pelos centros nevrálgicos do interior e dos seus contactos com o outro lado da fronteira, da fronteira permeável¹⁸ que autoriza um vaivém constante de homens e de mercadorias, que se canaliza um forte investimento para culturas e produções lucrativas como o vinho e o sumagre, este último fundamental para as indústrias têxtil e de calçado, em que as novas companhias apostam em larga

¹⁵ Em boa medida estarão na origem do desenvolvimento da viticultura e do comércio de sumagres à escala internacional. Trata-se de um estudo ainda por fazer.

¹⁶ *Para a história das alfândegas em Portugal no início do século XVI (Vila do Conde – organização e movimento)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1983, p. 26.

¹⁷ Como Gomes de Paz de quem falei adiante. *Idem*, p. 39.

¹⁸ CASADO ALONSO, H. – *El triunfo de Mercurio. La presencia castellana en Europa (siglos XV y XVI)*. Burgos: Cajacírculo, 2003, p. 123.

escala¹⁹. Estas, com realce para os contactos e solidariedades inter-fronteiriças, reforçados neste período tal como deixam entender os estudos de Máximo Diago sobre a elite judaica de Soria²⁰, prenunciam um novo e interessante quadro económico que se imporá em poucas dezenas de anos. A leitura destes trabalhos, inclusive, faz pensar se, em última análise, o mandado de expulsão dos judeus não terá representado mais uma forma de alargamento das redes judaico-conversas peninsulares, tendo em conta que as famílias que regressaram às suas terras de origem deixaram representantes nos lugares onde estiveram refugiadas.

- Quadro de relações internacionais. Perpassa toda a exposição anterior. Estes agentes movem-se num universo de relações internacionais amplo, do Norte da Europa ao Mediterrâneo. Contudo, embora explorem todas as vias existentes, a sua aposta fundamental irá para a concentração de esforços e de investimentos no sistema atlântico, que no fundo criaram, no qual estabeleceram uma teia de relações, de redes ou articulações reticulares estratégicas com base na sua vasta experiência organizacional em território ibérico. A sua participação no trato insular é notável (e primeiro elemento revigorante da economia mercantil da cidade) mas a sua projecção para o Brasil, Índias de Castela e Flandres (Antuérpia e, mais tarde, Amesterdão) representará o culminar da expansão mercantil do Porto moderno²¹.

5. Reacções ao ingresso

Muito do seu sucesso resulta da fraqueza do grupo mercantil instalado. Que faz coro com outros concelhos portugueses nos protestos contra as levas de conversos entradas no reino. Nas Cortes de 1481, Évora, os povos, isto é, as elites municipais insurgem-se contra estes movimentos migratórios dando a perceber, segundo Baquero Moreno, a proliferação de um “ambiente de frustração na medida em que essas famílias possuidoras de avultadas fortunas significavam uma potencial ameaça para os interesses da débil burguesia portuguesa”²². A isto somava-se uma

¹⁹ Não é coincidência a expansão da comunidade cristã-nova em S. João da Pesqueira, Douro (com base numa comuna judaica secular), centro nevrálgico da exportação de sumagres para o Porto ao longo do século XVI.

²⁰ DIAGO HERNANDO, M. – *Efectos del decreto de expulsión de 1492 sobre el grupo de mercaderes y financieros judíos de la ciudad de Soria*, in *Judaísmo Hispano, Estudios en memoria de José Luis Lacave Riaño*. Madrid: Junta de Castilla y León / Diputación Provincial de Burgos / The Rich Foundation / Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2002, p. 749-764 e, do mesmo autor, *La burguesía en Soria durante el reinado de los Reyes Católicos*, in *La burguesía española en la Edad Moderna*, Luis Miguel Enciso Recio coordenador. Valladolid: Universidad de Valladolid / Fundación Duques de Soria / V Centenario del Tratado de Tordesillas, 1996, Tomo III, p. 1385-1396.

²¹ BARROS, A. J. M. – *Vinhos de escala e negócios das Ilhas*. Porto: GEHVID, 2004.

²² MORENO, H. B. – *Reflexos na cidade do Porto da entrada dos conversos em Portugal nos fins do século XV*, in “Revista de História”, vol. I. Porto: INIC/Centro de História da Universidade do Porto, 1978, p. 11.

argumentação enraizada nas mentalidades, ignorantes e supersticiosas, segundo a qual os judeus e cristãos-novos vindos de Espanha eram portadores do vírus epidémico da peste que afectava toda a Península Ibérica – num discurso que ainda perdurará no corógrafo Rui Fernandes já em pleno século XVI²³. Acima de tudo, o que se defende em Évora é a manutenção de privilégios comerciais e o afastamento de concorrentes, jogando todos os trunfos.

Chegados à cidade do Porto, os cristãos-novos reproduzem os modelos que lhes valeram sucessos comerciais nos seus locais de origem. Note-se que estes mercadores, bem relacionados em pontos-chave do mundo do negócio internacional, e graças às redes que alimentavam, traziam consigo novas perspectivas empresariais. Podiam proporcionar lucros a médio e longo prazo e, também, rendimentos imediatos. Há autarcas portuenses que não são insensíveis a estas mais-valias.

D. João II também o compreendia e via vantagens no facto. Quando, em 1492, os judeus são expulsos de Espanha, entre 80 mil²⁴ e 90 mil²⁵ terão fugido para Portugal onde, por uma licença de permanência de 8 meses pagaram ao fisco 8 cruzados. Além das receitas imediatas interessava atrair capitais para os empreendimentos que se aproximavam. Capital era coisa que não lhes faltava. Tratava-se de homens que controlavam a finança internacional. A sua presença, junto de mercadores enfraquecidos, ligados ao transporte de mercadorias de fraco valor e em nítida quebra de negócios perante o avanço dos estrangeiros, só podia ter um resultado: a anulação desses débeis comerciantes.

O Porto via o problema agudizar-se em 1484. E quem primeiramente o denunciou foi a comuna de judeus da cidade temendo que, por causa da chegada dos conversos, “lhes seer feicto alguu dano e sem rrezam”²⁶. No ano seguinte, é a vez da Câmara, que regista, para que conste, a sua decidida oposição a este acolhimento decidindo que vindo alguns, “os nom consentisem na cidade e esses que ja aqui estam que os juizes e officiaees os lancem logo fora”, decisão que se repete em Março de 1487²⁷.

²³ *Descrição do terreno em redor de Lamego duas léguas [1531-1532]*, edição de Amândio Jorge Morais Barros. Lamego: Beira Douro, 2001, p. 119.

²⁴ LADERO QUESADA, M. A. – *La España de los Reys...*, p. 311.

²⁵ SUÁREZ FERNÁNDEZ, L. – *Los Reyes Católicos...*, p. 108-109.

²⁶ Arquivo Histórico Municipal do Porto – *Vereações*, liv. 4, fls. 98v-100. Mais uma prova de que não se devem confundir os dois grupos. Nas origens da Inquisição de Goa encontram-se queixas, repetidas desde 1527, contra os cristãos-novos que na Índia se vinham instalando, nunca se referindo a questão dos judeus que aí estavam desde longa data (com uma forte comunidade em Cochim) e continuaram a estar, exercendo mesmo proselitismo religioso. MEA, E. – *A inquisição de Coimbra no século XVI. A instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engº António de Almeida, 1997, p. 84.

²⁷ Elvira Mea considera que “no país, eram provavelmente as forças concelhias e representantes da burguesia urbana quem mais puxava para a expulsão dos judeus já que estes eram concorrentes temíveis no campo comercial e ao nível dos ofícios”; *o. c.*, p. 39. Por seu turno Eloy Benito Ruano pensa que

Mas isso significava contrariar mandados régios. E D. João II era monarca que não convinha contrariar. Para mais quando vislumbrava proveito na presença dessas gentes no reino e, em particular no Porto. Talvez se deva também admitir que o Rei possuía informações sobre o sucedido em Castela onde mercadores e financeiros estrangeiros tomaram rapidamente o lugar deixado vago por judeus e cristãos-novos trãsfugas criando-se, assim, outro foco de dependência²⁸. Logo em 1484, contra a opinião da Câmara, dispensa dois cristãos-novos de contribuírem na taxa lançada pelo município para cobrir as despesas da sua estadia no burgo²⁹. E, em Abril de 1487, depois da decisão municipal atrás citada, censura o comportamento dos vereadores.

Mais tarde, em 1492, autorizou o Grande Rabino de Castela Isaac Aboab e trinta famílias, a instalarem-se na urbe³⁰. Facto consumado: alguns dos mais poderosos elementos judaico-conversos estavam de pleno direito a morar no Porto.

A partir de então as contas da Câmara registam anualmente as rendas da “courela das trinta casas” da Rua de S. Miguel, ali bem junto da velha judiaria. Eis a origem dos cristãos-novos portuenses. Eis a origem da elite responsável pela globalização dos negócios do Porto. Eis, enfim, a origem de um conjunto de mercadores que não terá vida fácil na cidade e no reino. Ainda assim, os primeiros tempos foram de relativa acalmia. Será porventura por reconhecer a recomposição do tecido social portuense que o mesmo D. João II aprovará, em 1490, um grande conjunto de privilégios a favor dos cidadãos do Porto, entre os quais começavam a contar-se alguns cristãos-novos³¹. D. Manuel, apesar da pressão dos Reis Católicos, iludirá a questão com a obrigatoriedade de permanência das famílias judaicas e sua conversão forçada. Na abertura do século XVI um dos protagonistas da actividade económica da cidade é Gomes de Paz, cristão-novo entretanto abrangido pelo privilégio de cidadão do Porto³².

Em simultâneo, certos membros da velha aristocracia terão concluído que a presença destes recém-chegados poderia ser vantajosa. Poderia representar

não foi tanto a expansão do cripto-judaísmo (apontada por muitos como causa desta animosidade) mas a hipertrofia de cristãos com origens no judaísmo a causadora destas acusações como pretexto para as perseguições. *Los orígenes del problema converso*. Barcelona, 1976, citado por LADERO QUESADA, M. A. – *o. c.*, p. 317.

²⁸ LADERO QUESADA, M. A. – *La España de los Reyes...*, p. 334.

²⁹ AHMP – *Vereações*, liv. 2, fl. 32.

³⁰ Conseguindo novas e avultadas receitas imediatas estendendo essa permissão a outras 600 famílias em troca do pagamento de 100 cruzados cada.

³¹ Não sem forte oposição. *Corpus codicum*, vol. IV, p. 25-26. Confirmados por D. Manuel em 1496.

³² Passará a vida entre os seus negócios, o funcionalismo régio (encarregado do despacho das armadas) e, mais tarde (desde 1532), movendo todas as suas influências na corte portuguesa e em Roma em defesa da gente de nação. Este último aspecto em MEA, E. – *A inquisição de Coimbra...*, p. 46.

uma saída da crise e, portanto, conviria protegê-los contra eventuais excessos da população. Isso talvez explique o facto de não se terem registado no Porto actos de violência contra os cristãos-novos. Em 1506, na sequência dos massacres ocorridos na capital, D. Manuel escreve ao Porto regozijando-se pelo facto:

“ [...] por que jsto dos xpãos novos cumpre muito a nosso Serviço estar em todo assento, E se não mouer contra elles nenhum aluoroço nem cousa pequena nem grande de que a suas pessoas E fazendas se possa seguir algum dano, Vos encomendamos e mandamos que olheis por jso, E tomeis disso tal cuidado como de Vos confiamos”³³.

6. A preparação da supremacia comercial

Poucos anos depois de estabelecidos já se faziam notar. Em 1504, o navio do mestre André de Lousado chegava a Vila do Conde, proveniente de La Rochelle. Trazia têxteis para mercadores da cidade. Catorze declaram fazendas e pagam direitos. Gomes de Paz entrega ao fisco mais do que todos os outros juntos: era, de longe, o maior importador³⁴. Além disso tornara-se rendeiro (com outros parceiros) da alfândega de Vila do Conde, da sisa dos panos do Porto, e da dos bacalhaus e azeites do Entre Douro e Minho, Aveiro e Coimbra (nas cartas de quitação do reinado de D. Manuel é dos mais citados), numa intensa actividade que ele próprio e os seus familiares desenvolverão ao longo da centúria.

Marcante na actividade destes mercadores é a intervenção no trato das Ilhas, investindo em açúcar, corantes e vinhos, e na construção de um mercado ibérico integrado graças aos contactos que estabelecem entre centros económicos portugueses e castelhanos. E que tratarão de ampliar no decurso do século XVI. O mapa 1 é revelador quanto à estratégia de implantação destas comunidades e das potencialidades que não tardarão em explorar.

³³ *Corpus codicum*, vol. IV, p. 203.

³⁴ 119 400 reais. Refira-se que o maior contingente de importadores em Vila do Conde é do Porto e nele estão vários cristãos-novos. Do Porto e de Guimarães com quem há ligações vitais encetadas desde a Idade Média e agora, mais do que nunca, pujantes. Sobre este assunto ver PEREIRA, J. C. – *Para a história das alfândegas...*, p. 145-148.



Fonte: António José Saraiva,
António Borges Coelho,
ADP - Cartórios notariais (1548-1600).

miguel nogueira / 2004

Mapa 1 – Comunidades judaicas e cristãs.novas em contacto comercial com o Porto, nos séculos XV e XVI

Estes breves apontamentos demonstram a rapidez com que os novos mercadores alcançam posições de destaque no panorama comercial e do poderio económico que desenvolvem. Talvez não por acaso, em 1502 a contribuição da cidade num pedido régio é substancialmente aumentada. Facto que é expressamente apontado pelo monarca³⁵ e explica duas coisas:

- O interesse que D. Manuel tinha em manter no reino os cristãos-novos;
- Que estes tomaram o lugar das antigas comunas de judeus, quase sempre chamadas a contribuir neste tipo de obrigações e agora nem sequer mencionadas.

³⁵ “E assi pagarão os christãos nouos sem embargo de seu priuilegio porque jsto hé cousa de qualidade de que nom deuem dello ser escusos”. Mais adiante explica que “a repartição que ouemos por bem E nos pareceo que esse almoxerifado deuia pagar nestes Vinte contos são oitocentos E vinte mil reaes aendo respeito ás repartições passadas E assi aos christãos nouos que ora entram no dito pagamento”. *Corpus codicum*, vol. IV, p. 196.

7. Características dos novos mercadores

Alguns dos caracteres que definiam a burguesia do Porto medieval servem na perfeição a este grupo. Vivem do dinheiro e da sua circulação, são cosmopolitas, arrendam rendas de igrejas, comendas, mosteiros e do próprio bispado, que usam para fazer mais dinheiro trespassando-as com lucro. Percebem logo quais são os sectores nevrálgicos cujo controlo importa assegurar (as alfândegas, por exemplo) e, de imediato, lucrar com eles. Por outro lado formam um grupo culto, de gosto refinado e com dinheiro para o cultivar – as formas de propaganda de que farão uso (participação em instituições pias, em confrarias como a da Vitória ligada aos Vitória ou a dos mercadores em S. Domingos, com a compra de obras de arte, a construção de habitações mais luxuosas na melhor rua da cidade, a das Flores, e as formas de vestir³⁶) aí estão para o comprovar. Um grupo, finalmente, que amadurecendo a sua capacidade de intervenção, será responsável pela modernidade, pela colocação da cidade no mapa do trato internacional com o seu empenhamento profícuo na implantação de uma nova economia, atlântica, baseada no trato americano – só com os seus capitais e com os seus contactos vitais seria possível erguer a economia açucareira do Brasil da qual o Porto é o primeiro grande protagonista em conexão com outras cidades e portos estreitamente ligados pelas redes por eles instituídas³⁷ – e aprofundando uma ligação, que apenas agora começa a ser devidamente avaliada, aos centros económicos mais activos de Castela.

Caracterizemo-los resumidamente.

- Vivem do dinheiro e do giro de mercadorias. Como viveram os seus antecessores de Quatrocentos. Mas a um nível infinitamente superior. De tal forma que, naquele ano de 1502 é a oligarquia camarária a queixar-se ao Rei de que os novos mercadores, por ocasião de pedidos gerais, conseguiam ludibriar o fisco visto que, como o grosso da sua fazenda “é móvel e andar por via de trato”, torna-se difícil de avaliar para efeitos de cobrança de contribuições e impostos³⁸. Entre os primeiros a chegar encontramos homens da finança que erguem os fundamentos de casas bancárias como a de Dinis Eanes, em meados do século, Simão Vaz ou Jorge Lopes, no último quartel da centúria.

- Revelam forte espírito de iniciativa e preparação. Estudam as conjunturas e os mercados e, graças a essas competências, lideraram os principais empreendimentos da época. Convém referir que na base do seu êxito comercial está um conjunto de circunstâncias, tais como o estímulo do consumo revelado quer pelo mercado interno, ibérico, como pelo externo, europeu, pela instalação de colónias ibéricas

³⁶ Alguns serão detidos por uso indevido de seda.

³⁷ Como Vila do Conde ou Viana.

³⁸ *Corpus codicum*, vol. IV, p. 196.

na América e pela divulgação de produtos (tornados bens de consumo de massa, como o já referido açúcar), alterações estruturais nas quais têm grande responsabilidade³⁹. Este objectivo, só alcançado depois de muita persistência e maturado ao longo de várias décadas, ultrapassa o âmbito cronológico deste estudo. Mas é importante perceber, tal como aponta Barbara Solow na apresentação/síntese de um importante livro sobre o tráfico de escravos (um dos vectores dinâmicos em que eles mais se empenham) e a construção do sistema atlântico moderno, que há aqui como que a “preparação de um processo”, uma iniciativa empresarial que exigiu uma cuidada avaliação de recursos e a reunião de avultados capitais para dar frutos e transformar a economia mundial⁴⁰.

Espírito de iniciativa que emerge ainda no aproveitamento dos meios marítimos da cidade e dos portos vizinhos. Como os mercadores do século XV, os novos empresários também investem na propriedade de navios. Mas, em regra, preferem deixar esse investimento para os próprios náuticos (proliferam no Porto de Quinhentos as sociedades de mareantes donos de navios) e usar os seus serviços em percursos específicos. Foram, por isso, responsáveis pela taxa de ocupação de muitos navios e por uma espécie de “divisão do trabalho” no transporte. Nestes termos: usam barcos do Porto para as viagens em direcção ao Brasil – à medida que nos aproximamos da segunda metade do século – e servem-se dos de Vila do Conde para o percurso final até à Flandres, prática nítida desde o investimento inicial no trato insular, o primeiro a dar-lhes projecção internacional⁴¹.

- São cosmopolitas. Muito mais do que alguma vez foram os seus rivais da Câmara. Fazem a sua vida entre o Porto, Sevilha, Antuérpia, Amesterdão, Génova, Florença ou Roma. Importam têxteis de luxo, peças de casa, livros, painéis e trípticos flamengos, órgãos e charamelas, importam cultura de ponta. E produzem-na. Mas não deixam de ser quem são: mercadores, homens do trato. Como Bento Fernandes, opulento mercador de meados do século, que escreveu

³⁹ Foi em grande medida o consumo interno a estimular a economia castelhana nos séculos XV e XVI. Sobre este assunto ver CASADO ALONSO, H. – *El triunfo de Mercurio...*, p. 37 e seguintes.

⁴⁰ SOLOW, B. – Introdução ao livro *Slavery and the rise of the atlantic system*, edited by Barbara L. Solow. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 (reimpressão digital em 2002), p. 3. Ver o estudo desta mesma investigadora “Slavery and colonization” publicado na mesma obra. Na p. 36, desenvolve estas ideias.

⁴¹ Desde a segunda metade do século XVI usam, crescentemente, a navegação comercial flamenga. Mas importa salientar o facto de, ao contrário de muitas ideias feitas sobre o trato atlântico, o Porto ser, durante muito tempo, a primeira e principal porta de entrada do açúcar brasileiro (sucendendo ao das Ilhas) e ter sido a partir desta cidade que se formaram algumas das principais redes mercantis europeias, papel que é tradicionalmente atribuído a Lisboa (facto que, na realidade, só se verifica mais tarde, sobretudo a partir de 1640). Ver a este propósito, a afirmação, que considero incorrecta, de Pierre Deyon, produzida na *História económica e social do mundo*, direcção de Pierre Léon, vol. II. Lisboa: Sá da Costa, p. 221. Sobre o *fâcies* e desempenho da frota vilacondense ver POLÓNIA, A. – *Vila do Conde um porto nortenho na expansão ultramarina quinhentista*, 2 volumes (dactil.). Porto: Faculdade de Letras, 1999.

um dos mais célebres tratados de contabilidade divulgado em Portugal, o *Tratado de arismética*.

Com eles revela-se e expande-se a arte maneirista flamenga no Porto de que é exemplo a primitiva Igreja e Santa Casa da Misericórdia, do mestre pedreiro Manuel Luís. É graças aos cristãos-novos, que dominam o trato com o Norte de Europa, que se divulgam obras de teoria arquitectónica de referência no mundo ocidental como o Tratado de Vredeman de Vries publicado na Flandres em 1565 e, no mesmo ano, seguido na construção de uma das mais emblemáticas obras do maneirismo portuense: a capela de Nossa Senhora de Agosto. Aliás, a chamada *decoração vredemenina* seria amplamente usada ao longo da segunda metade de Quinhentos na Misericórdia⁴².

São responsáveis (directa e indirectamente) por uma pequena revolução urbanística no Porto promovendo a valorização da zona ocidental da cidade onde inscrevem os seus pontos-chave de reunião: o Largo de S. Domingos, a elegante

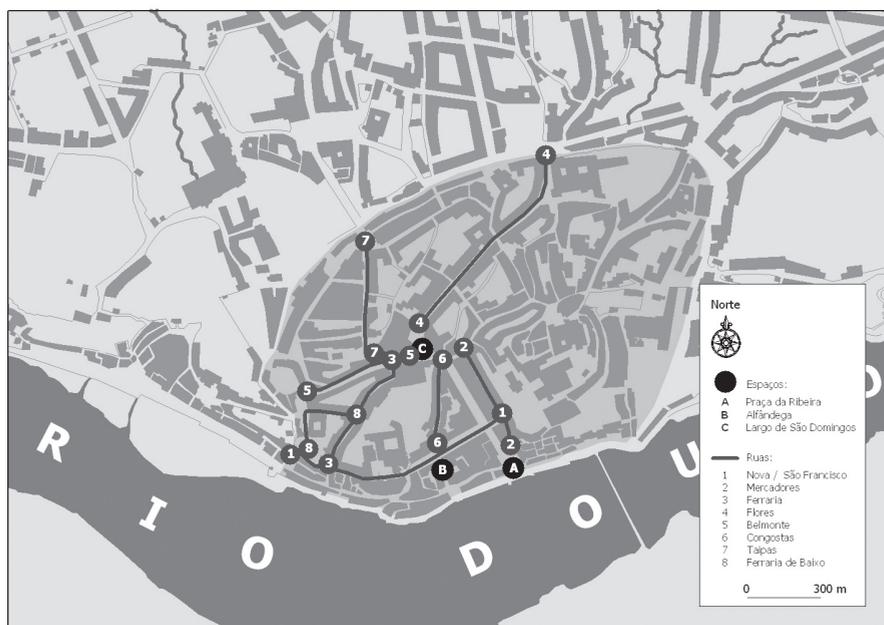


Foto 1 – Capela de Nossa Senhora de Agosto (século XVI)

Rua das Flores (aberta em 1521) e as comerciais ruas de S. Miguel e Belmonte. A opulenta Rua Nova (aberta nos primeiros anos do século XV), embora permaneça uma referência incontornável do Porto burguês e ribeirinho simboliza, no século

⁴² AFONSO, J. F. – *A capela de Nossa Senhora de Agosto ou dos Alfaiates*, in “Monumentos”, n.º 14 (Março, 2001). Lisboa: DGEMN, p. 59-63.

XVI, o último refúgio das velhas famílias. São eles, no fundo, os principais responsáveis pelo facto de o Porto se ter tornado, verdadeiramente, na sua feição, a última cidade do Norte da Europa. O mapa seguinte é bem revelador das diferenças estruturais/sociais entre a cidade de Quatrocentos e a cidade de Quinhentos.



Mapa 2 – Elementos da cidade do Porto referidos ao longo do estudo

- Muitos deles ostentavam riqueza. No entanto, importa dizer que nem todos eram abastados e que havia diferenças entre eles. Ainda assim, parece imperar um certo espírito de grupo, solidário, transmitindo para o exterior uma imagem de prosperidade geral. Mas, inegavelmente que os há muito ricos. Como fica demonstrado nas casas modernas, amplas, ricamente decoradas, no número de familiares, criados e escravos que mantêm e têm ao seu serviço, no modo de vestir. A discrição que terá sido mantida nos primeiros tempos deu lugar a estilo de vida que provocará invejas entre o vulgo e os aristocratas falidos e lhes trará graves problemas na segunda metade do século XVI⁴³.

⁴³ O memorialista Francisco Dias dará eco desta situação referindo o luxo como uma das causas da decadência dos costumes. DIAS, Licenciado F. – *Memórias quinhentistas...*, p. 11.

8. Meios de fortuna dos mercadores de Quinhentos

Comércio e finança. São estes os domínios em que se movem com extrema facilidade as novas companhias comerciais tentaculares constituídas neste período. A comparação dos mapas de negócios da cidade nos séculos XV e XVI é um dos



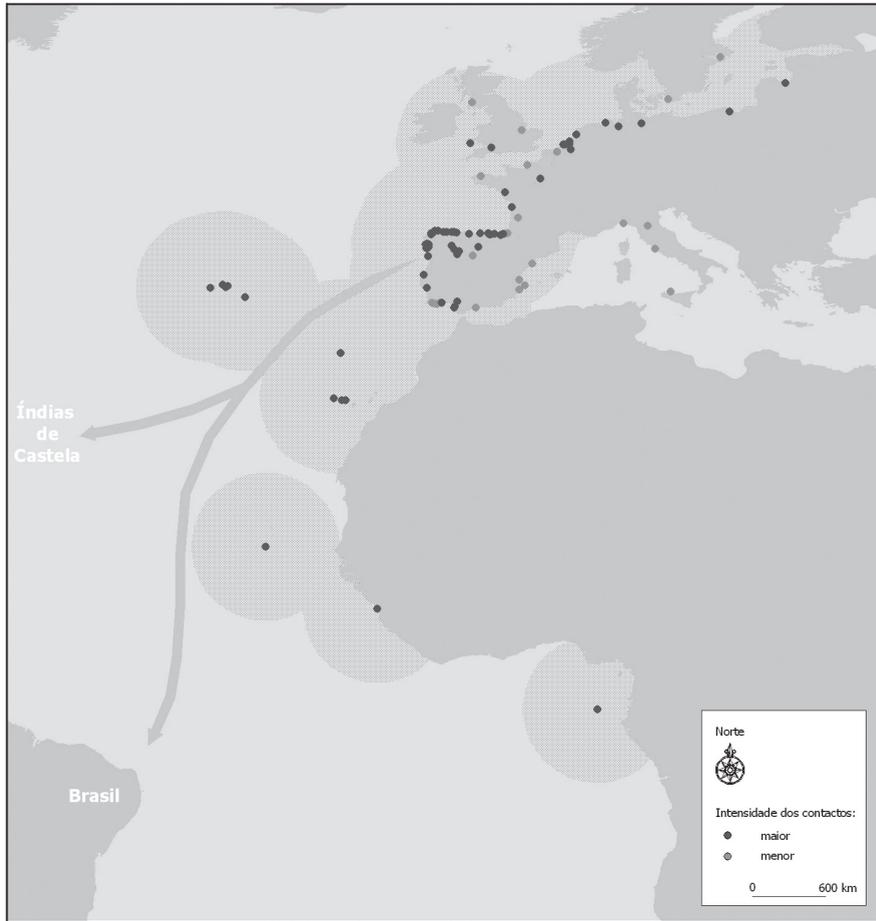
Fonte: AHMP - Vereações, século XV.

miguel nogueira / 2004

Mapa 3 – Portos em contactos comerciais com o Porto, no século XV

meios mais eficazes para percebermos de que forma as coisas mudaram no Porto entre as duas centúrias.

Em pouco menos de um século grandes diferenças ocorreram. A cabotagem e o transporte de géneros deram lugar ao trato das grandes companhias, ao trato atlântico, ao trato triangular, fundados na circulação de produtos de grande



Fonte: AHMP - Vereações, século XVI.
ADP - Cartórios notariais (1548-1600).

miguel noqueira / 2004

Mapa 4 – Portos com contactos comerciais com o Porto, no século XVI

mercado: açúcar, escravos, corantes, capitais, armamento e componentes para a construção naval. A par deste comércio de primeiro plano persiste uma cabotagem que, por imperativos estruturais próprios das economias de Antigo Regime, continua a ser indispensável. Os novos mercadores estão presentes em todos estes sectores e exploram todas as vantagens que o trato lhes proporciona. Se o têxtil e o artesanato eram importantes no século XV para fornecimento dos mercados europeus (sobretudo urbanos), continuarão a sê-lo no século XVI para abastecer esses mesmos clientes mais as zonas rurais (cada vez mais inter-conectadas com os centros litorâneos). Além disso, tornam-se indispensáveis na estruturação de

negócios como o tráfico de escravos. Desse modo cresce a importância de espaços como a Cantabria e a Biscaia (da “rota do ferro, armamento e aduela”), a Flandres (que se torna uma zona incontornável nos horizontes de todas as companhias de âmbito internacional) e a Hansa (fornecedora tradicional de mercadorias pesadas). É nestes espaços alargados que se movem mercadores e contratadores, os novos protagonistas do negócio. Uma última nota para individualizar os portos de Nantes e Bordéus: frequentados desde a Idade Média tornam-se particularmente interessantes em Quinhentos graças à instalação de colónias flamengas com quem os mercadores ibéricos se relacionam intimamente⁴⁴.

9. Conclusão

Nas páginas anteriores procurei dar a conhecer a forma como no Porto tardomedieval se constituiu uma elite governativa saída do grupo mercantil, e que desafios teve de enfrentar no início da Época Moderna.

Embora centrado no caso particular desta cidade, procurou-se enquadrar este estudo num conjunto de modificações que se sentiram no espaço ibérico entre finais da Idade Média e inícios da Idade Moderna. Desde a chegada ao trono de Espanha de Fernando de Aragão e Isabel de Castela até à década de 1550, a parte norte deste unificado estado peninsular conheceu um período de expansão firme e constante⁴⁵. A sua proximidade com Portugal, a proximidade da região mais activa e próspera do reino com a zona norte de Portugal exerceu influências de alcance assinalável que é necessário continuar a estudar. Parte destes desafios deveu-se ao problema judaico-converso.

Protegidos, perseguidos, expulsos e readmitidos, judeus e cristãos-novos tornaram-se tema obrigatório da agenda política dos estados peninsulares, referencial incontornável do debate político e presença desejada e repudiada nos mais importantes centros portuários ibéricos. Felipe Ruiz considera este tempo o tempo das origens do capitalismo em Castela. A prazo, também o será no Porto graças aos movimentos que aqui se descreveram⁴⁶.

⁴⁴ CRESPO SOLANA, A. – *Las comunidades mercantiles y el mantenimiento de los sistemas comerciales de España, Flandes y la República Holandesa, 1648-1750*, in *España y las 17 provincias de los Países Bajos. Una revisión historiográfica (XVI-XVIII)*, Ana Crespo Solana, Manuel Herrero Sánchez (coords.), tomo 2. Córdoba: Universidade de Córdoba, 2002, p. 449. De notar, ainda, a fortíssima articulação, de todos estes mercados, Porto incluído, com os centros costeiros do golfo da Biscaia, como tem demonstrado Jean-Philippe Priotti em diversos estudos; ver, em especial, *Bilbao et ses marchands au XVI^e siècle. Genèse d'une croissance*. Presses Universitaires du Septentrion, 2004.

⁴⁵ CASADO ALONSO, H. – *El triunfo de Mercurio...*, p. 35.

⁴⁶ RUIZ MARTÍN, F. – *Orígenes del capitalismo en Castilla*, in *El Tratado de Tordesillas y su Época, Congreso Internacional de Historia*, citado, vol. I, 1995, p. 177-196.

Chegaram judeus e por força das circunstâncias tornaram-se cristãos. Para isso valeram tanto as promessas e aliciamentos como os batismos forçados, em pé, e as conversões sinceras⁴⁷. No burgo portuense, depois de debates aceros acerca da sua presença e após as intervenções de D. João II e de D. Manuel, os cristãos-novos instalaram-se originando uma pequena revolução na estrutura sócio-económica da cidade. Activos mercadores trabalhando em rede, contactando com as principais praças europeias, detentores de capitais para investir no comércio e sabendo exactamente onde o fazer, tomaram o lugar da velha aristocracia comercial e transformaram a cidade, bem como a sua região envolvente, num espaço de “contínuo mercadejar”, na expressão de Frei Luís de Sousa.

Com a chegada dos cristãos-novos e das firmas comerciais que criaram (às vezes em associação com elementos das velhas famílias), com o impulso que deram à actividade comercial-marítima, com a “descoberta” e exploração sistemática de novos mercados, foi possível fazer da cidade um espaço de referência no comércio mundial do século XVI.

Alguns dos novos comerciantes viram elevar-se o seu estatuto social. Foi processo que beneficiou diversos membros mais destacados desta comunidade. Notório na elevação à categoria de cidadão ou cavaleiro, no desempenho de funções burocráticas ou na admissão a instituições prestigiadas como a confraria de Nossa Senhora das Neves, do mosteiro de S. Domingos⁴⁸, ou na própria Misericórdia. Porém, e essa é a ideia mais forte que pretendo deixar com este trabalho, isso não representou uma elevação da sua capacidade de intervenção política. Apesar de patentear as qualidades que, na clássica teoria sobre a classe política de Gaetano Mosca, legitimavam as funções de direcção, a saber: riqueza, mérito pessoal e, mesmo, algum reconhecimento social, esses atributos não lhes permitiram aceder aos corredores do poder autárquico. O grupo da Câmara, embora algo debilitado em termos económicos, não deixava de ostentar as mesmas competências directivas e soube proteger os seus interesses e impedir eventuais pretensões políticas dos recém-chegados que pudessem colocar em causa o seu estatuto. Soube defender-se beneficiando também dos mecanismos de repressão introduzidos no reino para manter velhos modelos de acesso ao poder. As rejeições de elementos que reprovaram nos exames de limpeza de sangue para os mais modestos cargos

⁴⁷ SARAIVA, A. J. – *Inquisição e cristãos-novos...*, p. 46.

⁴⁸ Instituição que fornecerá alguns irmãos à Inquisição em meados do século mas onde, curiosamente, haverá também um acolhimento e apoio a diversos mercadores cristãos-novos.

⁴⁹ Afirma Alfredo de Carvalho em importante estudo já clássico: “Até certo ponto, a história da cidade nesse período [Bordéus no século XVII] é a história dos judeus portugueses no comércio, na navegação, e nas obras de assistência”. *Os portugueses em Bordéus durante o século XVII*. Figueira da Foz: Tipografia Popular, 1936, p. 11.

municipais, como aconteceu no episódio evocado a abrir este trabalho, aí estão para o provar. A perseguição inquisitorial fez o resto. No final do século XVI, das poderosas famílias que se haviam instalado na Rua de S. Miguel no tempo de D. João II quase nada restava. Haviam fugido para onde as quiseram acolher. Para Bordéus, que beneficia fortemente com a sua presença⁴⁹, e para Amsterdão que, com os marranos portugueses, se transforma no mais opulento centro económico da Europa⁵⁰.

⁵⁰ Assim o consideram diversos historiadores como COELHO, A. B. – “Judeus e cristãos-novos portugueses (séculos XVI e XVII)”, in *Cristãos-novos, judeus e os novos argonautas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1998, p. 76 (o estudo em questão foi publicado originalmente em 1997).

AMÂNDIO JORGE MORAIS BARROS